



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Da Sra. Sâmia Bomfim)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema “As condições de acesso e de trabalho das mulheres na gestão da Educação Pública Federal”

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de audiência pública para debater o tema **“As condições de acesso e de trabalho das mulheres na gestão da Educação Pública Federal”**, com a presença dos seguintes convidados:

1. Flávia Cândida do Nascimento de Souza (SINASEFE)
2. Grazielle Nayara Felício Silva (SINASEFE)
3. Ivanilda Oliveira Silva Reis (FASUBRA)
4. Bianca Cristina Zupirulli (FASUBRA)
5. Raquel Dias Araújo (ANDES)
6. Letícia Carolina Pereira do Nascimento (ANDES).

JUSTIFICAÇÃO

A presente audiência pretende estabelecer um debate sobre as condições de acesso e trabalho das mulheres na gestão da Educação Pública Federal, visto que tal tema é fundamental para a promoção da equidade de gênero e o fortalecimento da democracia no setor educacional. A presença feminina em cargos de liderança na educação tem crescido ao longo dos anos, mas ainda enfrenta desafios significativos, que incluem barreiras institucionais, desigualdade salarial e dificuldades na conciliação entre vida





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

profissional e pessoal. Refletir sobre essas questões é essencial para a construção de um sistema educacional mais justo e eficiente.

A Educação Pública Federal desempenha um papel estratégico na formação da sociedade brasileira, sendo responsável pela construção de políticas educacionais que impactam milhões de estudantes. No entanto, as mulheres que atuam na gestão desse setor ainda enfrentam obstáculos para alcançar e se manter em posições de liderança. Entre os desafios mais recorrentes, destaca-se a persistência de estereótipos de gênero, que frequentemente limitam a ascensão profissional feminina, além da falta de políticas institucionais voltadas à equidade de oportunidades.

Outro fator relevante é a desigualdade salarial entre homens e mulheres em cargos de gestão. Embora as mulheres sejam maioria na docência, essa representatividade não se reflete proporcionalmente nos postos de tomada de decisão. O reconhecimento da importância de sua atuação ainda é insuficiente, e a disparidade salarial configura uma injustiça que precisa ser enfrentada com políticas públicas eficazes. O incentivo à transparência salarial e a adoção de critérios objetivos de promoção são medidas fundamentais nesse sentido.

Além disso, a conciliação entre trabalho e vida pessoal continua sendo um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres gestoras na Educação Pública Federal. A ausência de suporte adequado, como políticas institucionais de flexibilização de jornada impacta diretamente a trajetória profissional das mulheres. A implementação de ações afirmativas que garantam melhores condições de trabalho pode contribuir para um ambiente mais digno e equitativo.

Portanto, discutir as condições de acesso e trabalho das mulheres na gestão da Educação Pública Federal é um passo essencial para consolidar a igualdade de gênero e aprimorar a governança educacional. Esse debate não apenas valoriza a atuação de mulheres, mas também contribui para a formulação de políticas mais inclusivas e eficazes e que priorize a garantia de uma sociedade mais justa e democrática.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2025.

Deputada SÂMIA BOMFIM
PSOL/SP

